

Vladimir Bartalini

e

ENTRE O DOCUMENTAL e O
SUGESTIVO

O JARDIM DA CASA DE DONA YAYÁ

166

pós-

RESUMO

O trabalho põe em pauta as diretrizes para se restaurar um jardim, não propriamente histórico, mas com “algum significado histórico”, cuja documentação era insuficiente para orientar um restauro *stricto sensu*. O interesse do jardim de dona Yayá, como da própria casa, reside mais nas vicissitudes da vida pessoal de sua última proprietária do que nas características paisagísticas intrínsecas. Ainda assim, apesar de praticamente destruído, ele é, de certo modo, representativo do que havia de mais comum em termos de jardins de chácaras nos arredores de São Paulo, na virada do século 19 para o 20. Além disso, os remanescentes do jardim de dona Yayá são plenos de sugestões a respeito do tempo, da natureza e também do infortúnio de sua proprietária, considerada mentalmente insana.

Depois de ter sido mutilado por sucessivos desmembramentos, por aberturas e ampliações de vias, e negligenciado por alguns anos, o que restou do jardim transformou-se em bosque de vegetação espontânea, já então protegido por leis que impedem ou limitam o corte de árvores. A recuperação do jardim teve, então, de situar-se nos vãos entre os valores culturais e os ecológicos, tirando partido da manutenção compulsória do selvático, ao explorar as implicações com a desrazão da natureza ou, ao menos, com seu alheamento em relação à obra humana quando ela é deixada ao abandono.

PALAVRAS-CHAVE

Significado dos jardins, recuperação de jardins históricos, jardim e natureza, jardins de chácaras.

ENTRE EL DOCUMENTAL Y EL
SUGESTIVO
EL JARDÍN DE LA CASA DE DOÑA
YAYÁ

RESUMEN

Este trabajo analiza las directrices de restauración de un jardín no propiamente histórico, pero con “algún significado histórico”, cuya documentación era insuficiente para orientar una restauración *stricto sensu*.

El interés en el jardín de doña Yayá, bien como en la propia casa, se encuentra antes en las particularidades de la vida de su propietaria, que en sus características paisajísticas intrínsecas. Sin embargo, a pesar de estar prácticamente arruinado, él es representativo de lo más común que existía en los jardines de chacras en la periferia de São Paulo a fines del siglo XIX y principios del XX. Además, lo que quedó del jardín de Doña Yayá está cargados de sugerencias sobre el tiempo, la naturaleza y el infortunio de su propietaria, considerada mentalmente insana.

Después de ser mutilado por sucesivas parcelaciones, aperturas y ampliaciones de vías, y de sufrir negligencia por años, lo que quedó del jardín se convirtió en un bosque formado por vegetación espontánea, ahora protegido por leyes que impiden o limitan la tala de árboles.

Por eso, hubo que enfocar la recuperación del jardín en las diferencias entre los valores históricos y los ecológicos, mientras se sacó partido del mantenimiento forzoso del bosque espontáneo, al explorar sus implicaciones con la impulsividad de la naturaleza, o por lo menos su alienación con respecto a la obra humana, cuando se la deja al abandono.

PALABRAS CLAVE

Significado de los jardines, recuperación de jardines históricos, jardín y naturaleza, jardines de chacras.

BETWEEN DOCUMENTATION
AND SUGGESTION: DONA
YAYÁ'S GARDEN

ABSTRACT

This article suggests guidelines to restore a garden that is not properly historical, but rather has “some historical meaning”, and whose documentation was insufficient to allow a more strict restoration. The importance of *dona Yayá's* garden lies more in the hardships of her personal life, than on its own characteristics. Nevertheless, in spite of having been virtually destroyed, it is, to some extent, representative of an ordinary country house garden in São Paulo at the turn of the 20th century. In addition, what is left of *Dona Yayá's* garden suggests much about time, nature and the misfortune of its owner, the victim of a mental disease. This garden was mutilated by urban interventions and neglected for some years, growing into a wild grove that was finally protected by city ordinances. Consequently, the restoration of the garden requires a balance between cultural and ecological values, taking advantage of the compulsory preservation of the wild, by exploring nature's nonsense, or, at least, its disregard of human creations every time they are abandoned.

KEY WORDS

The meaning of gardens, restoration of historical gardens, garden and nature, country house gardens.

“A Terra é o fundo escuro de onde todos os seres saem para a luz.”¹
Eric Dardel

JARDINS DE CHÁCARAS

Ainda que não fosse pela particularidade de envolver uma casa adaptada para abrigar, durante quatro décadas – mais exatamente de 1920 a 1961 – uma mulher solteira, rica e tida como mentalmente insana, conhecida como dona Yayá, o jardim do imóvel de número 353 da rua Major Diogo, na Bela Vista, despertaria interesse simplesmente por representar o que haveria de mais habitual em termos de jardins de chácaras nos arredores de São Paulo, antes que o crescimento da cidade os fizesse desaparecer quase por completo.

De fato, os poucos jardins residenciais que ainda subsistem em bairros centrais, e cujos restos alterados mal se pode espreitar, associam-se a *vilas*, com alguma sofisticação. Já a despreensão e o tratamento mezinheiro, até cuidadoso, que caracterizaram a maioria dos jardins das chácaras paulistanas no século 19 e primeiras décadas do século seguinte, estão, de certo modo, presentes no de dona Yayá.

Assim, embora se dê o nome de chácaras mesmo a propriedades que ostentavam um fausto já citadino, o tipo a que se faz alusão aqui é o das chácaras cujas características estão mais afeitas à simplicidade do campo.

Isso não deve induzir, porém, à conclusão de, por estarem relativamente apartadas do meio urbano, as chácaras que serviam de residência a famílias de alguma posse deixassem de ser objeto de cuidados especiais. O esmero se aplicava não apenas às sedes que, apesar de feitas de taipa e recuadas da rua, chegavam a apresentar, em meados do século 19, “*certos traços de requinte*”, mas também aos muros de divisa com os logradouros públicos, “*com leões de louça por cima, e seus portões de ferro batido, todos cheios de arabescos caprichosos (...)*”².

Na existência de elementos evocativos da paisagem do campo e na gratuidade e consentimento de seu desfrute, estava a diferença. As casas de chácara, implantadas de modo a tirar proveito das vistas, eram rodeadas de alpendres abertos para os jardins ou pomares, usufruídos por puro deleite, mesmo havendo, no interior das propriedades, pastagens ou plantações com finalidades comerciais.

Os jardins deviam ser pequenos, pelo que se depreende da descrição que o escritor Bernardo Guimarães fez de um deles, em novela ambientada em São Paulo, na metade do Oitocentos³: “*Consistia de uma área quadrada de cerca de dez metros de face, dividida em canteiros dispostos com arte e agradável simetria. Dois bonitos caramanchões, cobertos de trepadeiras, ornavam-lhe os ângulos, como dois torreões de verdura e flores.*”

Algumas fotografias de chácaras, tomadas no século 19, chegaram até nós. Tudo que esses registros permitem inferir sobre os cuidados paisagísticos (se

(1) Eric Dardel, *L'homme et la terre*. Paris: Editions du CTHS, 1990, p. 58.

(2) Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, v. I, 1954, p. 478.

(3) Trata-se da novela *Rosaura, a enjeitada*, conforme citado em Ernani Silva Bruno, op. cit., v. II, p. 479.

(4) Trata-se de Joaquim Gaspar dos Santos Pereira, apud Antônio Egídio Martins, *São Paulo antigo*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, v. II, 1912, p. 59.

(5) Ernani Silva Bruno, op. cit., v. III, p. 919.

(6) Alice P. Canabrava, As chácaras paulistanas in *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. IV, 1953, p. 99.

(7) Medição direta sobre o mapa “São Paulo, Chácaras, Sítios e Fazendas ao Redor do Centro”, organizado pelo engenheiro Gastão César Bierrenbach de Lima, para a exposição do IV Centenário de São Paulo, registrado com o n. 1.220 no Arquivo Aguirra, Museu Paulista, apud Roberto Mönaco, *As terras devolutas e o crescimento da cidade de São Paulo*, dissertação de mestrado, São Paulo, FAUUSP, 1991, p. 96.

(8) “Após sua confecção, (...) alguém se serviu desse mapa como base para complementos e atualizações. Até usou as bordas para testar a caneta com que desenhava. Lançou a continuação de estradas e cursos d’água (...), bem como esboços de curvas de nível (...). Inseriu chácaras, largos e pastos (...), novas ruas nas regiões da Glória, do Centro Novo, da Luz. A inclusão das ruas do Dr. Rodrigues Dutra e do Dr. João Theodoro dá pistas para determinar a data dessas inclusões: após 1875, fim do mandato desse presidente da Província.” Irineu Idoeta, Ivan Valeije Idoeta, Jorge Pimentel Cintra, *São Paulo vista do alto – 75 anos de aerofotogrametria*. São Paulo: Érica Ltda., 2004, p. 86.

assim se pode chamá-los) normalmente dispensados é sua total simplicidade. O entusiasmo de viajantes e cronistas pelos “belos jardins” das casas mais distantes do centro da São Paulo de então talvez se deva à sua atmosfera acolhedora, mas sempre rústica, ou, no máximo, à manutenção apurada, o que não os dotaria, necessariamente, dos quesitos estéticos típicos da arte dos jardins.

É certo que, a partir da segunda metade do século 19, já havia jardineiros com habilidades que iam além das do horticultor, como alguém que se propôs, em 1872, a executar jardins conforme o “*sistema inglês (...) ornando-os com chalés, quiosques, repuxos ou cascatas*”⁴. O número desses profissionais aumentou continuamente, verificando-se, inclusive, a substituição gradual de jardineiros portugueses por italianos nos anos finais do século, assim como a introdução de novas plantas e de novos gostos⁵. Mas as imagens disponíveis das chácaras de então, excetuando-se as mais aristocráticas, não registram essas inovações.

Em fins do Oitocentos, época em que o processo de parcelamento das chácaras para expansão urbana já estava avançado, anunciava-se uma, no Brás, com “*casa muito bem construída (...), com (...) repuxos, quiosques e todos os acessórios de uma habitação para família de tratamento, em terreno de 27 metros de frente sobre mais de 100 de fundo, fechado de muros e grades de ferro, com grande jardim inglês, talvez o mais rico da capital, e extenso pomar de árvores frutíferas, todas já com fruto, entre as quais jabuticabeiras e laranjeiras de várias qualidades (...)*”⁶.

Em 3.000 m², certamente, não poderia caber um “grande jardim inglês”, uma vez que boa parte do terreno estaria consumida pela casa e pelo “extenso pomar”. É mais provável tratar-se de alguns canteiros com formas irregulares, cortados por caminhos sinuosos que conduziam aos quiosques e repuxos. De qualquer modo, já se faziam, então, notar as influências de um novo gosto nos jardins das chácaras que, cinco décadas antes, ainda estavam contidos em pequeno quadrado subdividido em canteiros simétricos.

UMA CHÁCARA E SEU JARDIM

O terreno da chácara na qual, mais tarde, moraria dona Yayá, media, conforme uma escritura de 1888, quase três hectares.

O pouco que se sabe a respeito dessa propriedade, nos tempos precedentes ao grande impulso de expansão urbana que dizimou as chácaras nos arredores do centro de São Paulo, é que ela compunha, em 1819, a Chácara do Bexiga, com aproximadamente 70 hectares⁷, estendendo-se ao longo dos ribeirões Saracura (atual avenida Nove de Julho) e do Bexiga (atuais ruas Humaitá e Japurá), até o encontro desses dois cursos d’água, na altura de onde foi erguido, há algumas décadas, o edifício da Câmara Municipal de São Paulo.

A área da qual se originou a propriedade de dona Yayá vem também assinalada como “pasto do Thomas Álvares”, nas complementações efetuadas à tinta e à mão livre sobre a Planta da Cidade de São Paulo de 1868, atribuída a Carlos Rath, havendo razões para supor que as informações apostas à carta organizada pelo engenheiro Rath sejam posteriores a 1875⁸.

(9) Marly Rodrigues, “A casa de Dona Yayá” in LOURENÇO, Maria Cecília França (Org.), *A casa de Dona Yayá*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial de São Paulo, 1999, p. 37 e 38.

(10) Os dados sobre a área do terreno são contraditórios. A confiar na precisão gráfica da planta de 1881, levantada pela Companhia Cantareira e Esgotos, e assumindo as informações que o terreno vendido possuía cerca de 30.000 m² (Marly Rodrigues, op. cit., p. 38) ou 33.000 m² (Regina Tirello, “Um trabalho arqueológico: A descoberta dos murais artísticos e a estratificação arquitetônica de uma velha casa no Bexiga” in LOURENÇO, Maria Cecília França (Org.), op. cit., p. 114), as medidas que constam na escritura de 1888, quais sejam, 146 m de frente para a rua dos Valinhos, 120 m de um lado, 200 m de outro e fundos até o ribeirão do Bexiga, não permitem chegar a uma área em torno de três hectares. É mais provável que a frente do terreno abrangesse 193 m, conforme dados de um documento de hipoteca de 1918, citado por Marly Rodrigues.

(11) Marly Rodrigues, op. cit., p. 37.

(12) Sobre as etapas de ampliação da casa e sobre a possível configuração do *chalet* original, ver Regina Tirello, op. cit., p. 114 e seguintes.

(13) Marly Rodrigues, op. cit., p. 38.

Em não mais de cinco anos, alterações decisivas tinham se processado, pois a Planta da Cidade de São Paulo, com data de 1881, já apresenta a Chácara do Bexiga parcelada em quadras regulares, as ruas traçadas, mas ainda sem nomes. Está ali também representada uma pequena construção de pouco mais de 100 m², recuada uns 20 m da rua mais tarde denominada dos Valinhos, atual Major Diogo, uns 60 m de outra rua que cruza a primeira, a futura rua Jaceguai, e a uma centena de metros do ribeirão do Bexiga, ao longo do qual, quase meio século depois, seria traçado o eixo da atual rua Japurá. Tratava-se do “*chalet* de habitação”, referido na escritura de 1888⁹, pela qual José Maria Tolon vendia, para Afonso Augusto Roberto Milliet, uma parte da chácara, com cerca de três hectares, dando frente para a rua dos Valinhos e tendo o ribeirão do Bexiga como limite de fundo¹⁰. A frente do terreno estendia-se da esquina com a futura rua Jaceguai até quase a rua São Domingos. Nada se sabe sobre as características paisagísticas dessa chácara, pois não foram localizados desenhos ou fotografias, nem sequer uma breve descrição desses aspectos. Como já ficou dito, o tratamento paisagístico das chácaras não apresentava, no geral, traços de sofisticação. Não haveria por que a propriedade da rua dos Valinhos fugir à regra, ainda que ela contasse com um empregado para tratar das plantas, como atesta a menção, na escritura de 1888, a uma “casa de jardineiro” entre as edificações existentes no terreno¹¹.

O que se pode deduzir quanto aos valores atribuídos à paisagem, considerando-se as relações entre a edificação principal de então – o pequeno “*chalet* de tijolos” – e o terreno, é que ela ocupava uma posição levemente alteada, sem nenhuma janela para o oeste (rua dos Valinhos) ou para o sul, e sim para as vistas descendentes que se prolongavam para o leste, rumo ao ribeirão do Bexiga, e ainda mais amplamente para o norte, direção que continuou a ser privilegiada nas ampliações da construção, efetuadas por iniciativa do novo proprietário, Afonso Milliet¹². Se houvesse ainda que um arremedo de jardim em torno do chalé, ele estaria disposto naquela direção: para ela abriam as quatro janelas e a porta do maior cômodo, que ocupava toda a frente da construção; para lá o terreno prosseguia por mais de 150 m, em declive, em geral, mais suave que o da parte leste. Esta dava para o ribeirão, com vistas igualmente extensas, mas talvez menos valorizadas, tanto que o curso d’água logo estaria canalizado “*como parte das obras de saneamento da área no final do século XIX*”¹³.

Pode bem ser que as aberturas do chalé não tivessem qualquer compromisso com as vistas e atendessem apenas a critérios estritamente funcionais e à conveniente orientação em relação aos pontos cardeais. De qualquer modo, a grande reforma empreendida por Milliet consolidou o quadrante setentrional como o mais importante. Para ele voltavam-se os compartimentos que compunham a parte social da nova casa assobradada, servidos por um alpendre elevado, abrangendo toda a extensão da fachada, e que ainda continuava para a lateral leste. Uma escada centralizada no alpendre da fachada principal conduzia à cota do chão do provável jardim. Ao sul localizava-se a ala íntima, também provida de alpendre com duas escadas, enquanto as janelas dos dormitórios, a oeste, abriam diretamente para o exterior.

Ao cabo dessa primeira ampliação, o afastamento entre a casa e as ruas limítrofes – Major Diogo e Jaceguai – diminuiu, mas não a ponto de impedir que

ali crescessem árvores de porte, como o jatobá, até hoje ladeando o portão de entrada, e outras frutíferas menores. As distâncias ainda eram grandes, tanto em direção ao vale de divisa, avistável do alpendre leste, quanto em direção ao norte, onde estaria o jardim principal (Figura 1).

Nesse espaço frontal e ensolarado, um terraplano executado na cota de base do porão do sobrado, estariam os canteiros mais cuidados, deixando-se o restante à vegetação espontânea, se não às árvores plantadas em formação menos regrada ou, quando muito, com a ordem que um pomar caseiro poderia requerer. São apenas hipóteses que a presença de frutíferas já bastante antigas a uma distância de duas ou, no máximo, três dezenas de metros da casa permite formular, assumindo-se que um jardim convencional demandasse um espaço razoavelmente iluminado, livre da sombra das árvores.

Embora não se saiba exatamente quando e por quem foi feito, é presumível algum jardim, se não aquele cujos vestígios chegaram até nós, já existir na época em que o proprietário era Afonso Milliet, pois não se teria levado a efeito uma reforma da casa daquela envergadura sem um jardim correspondente, ainda mais se tratando de uma chácara. O que fica, por ora, em aberto, é qual aspecto do jardim remanescente corresponde à época de Milliet (1888-1902), de João Guerra (1902-1920), e de dona Yayá (a partir da década de 1920), pois algumas de suas características formais poderiam ajustar-se a qualquer dos períodos considerados, levando-se em conta que a absorção de novos gostos em matéria de jardins, ao menos em São Paulo, foi, em geral, lenta.

O porte de algumas árvores faz crer que elas já estivessem presentes antes de dona Yayá se mudar para lá, em 1920, mas, se isso contribui para confirmar a antiguidade do arcabouço arbóreo, não acrescenta informações sobre o jardim propriamente dito.

Uma razoável extensão de terreno limitada, de um lado, por uma rua recém-aberta e, de outro lado, por um ribeirão; no ponto alto do terreno, uma casa assobradada; entre a casa confortável e o terreno amplo e rústico, um jardim, elemento de transição do espaço controlado da habitação para a paisagem ainda indisciplinada. Essas seriam, em linhas gerais, as características da chácara na passagem do século 19 para o 20. Se isso diz pouco, mais não se poderá dizer do jardim, se não se imaginar sua estrutura básica em cruz, com o segmento maior, retilíneo ou sinuoso, paralelo à casa, como caminho principal, e o menor, no ponto médio da fachada, como eixo de simetria do conjunto.

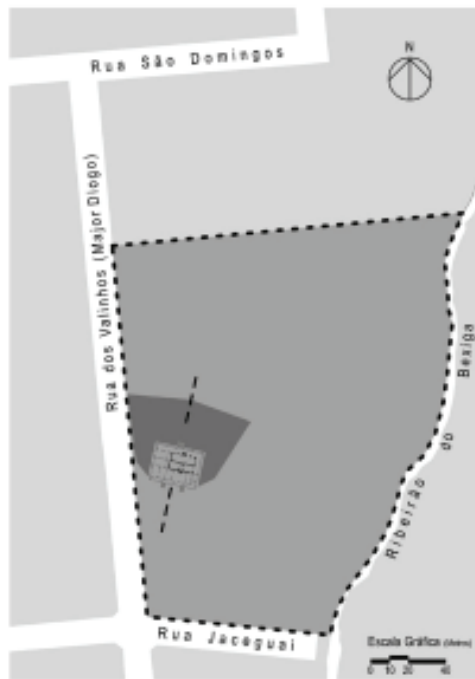
Dentro dessa estrutura caberiam diferentes formas e disposições de canteiros, inclusive as que chegaram até nós. Persistem, desse modo, as dificuldades para identificar a época em que o jardim foi executado.

Estudos de estratificação arquitetônica apontam que, entre 1902 e 1919, João Marques Guerra, então proprietário da chácara, teria feito a ampliação dos cômodos de serviço do sobrado e promovido sua atualização estilística, adotando elementos decorativos neoclássicos nas fachadas¹⁴ e até mesmo influências *art nouveau* na pintura das paredes internas¹⁵. É razoável supor que as reformas atingiram também o jardim.

O ecletismo possibilitava, nas grandes propriedades, que um jardim mais formal, situado diante da sede, convivesse com as linhas mais sinuosas e livres do “parque”, que se desenvolvia no restante do terreno. Na ausência de espaço

(14) Regina Tirello, op. cit., p. 126.

(15) Idem, p. 130.



LEGENDA

- Planta do Chaleit existente em 1881.
- Planta do sobrado - ampliações efetuadas por A. Millet entre 1888 e 1902.
- Limite da propriedade em 1888 quando vendida a Millet.
- Área do provável jardim 1888 e 1902.
- - - Eixo de simetria do provável jardim.

Figura 1: Relação entre casa, jardim e terreno – 1881 a 1902
Crédito: Desenho de Mario Moura Filho



LEGENDA

- Ampliações realizadas por João Guerra.
- Limite da propriedade na 2ª década do século XX.
- Canteiros do provável jardim feito por João Guerra.
- - - Eixo de simetria do provável jardim.
- Jacobá
- ⊗ Palmeiras existente.
- ✱ Provável palmeira.

Figura 2: Relação entre casa, jardim e terreno – 1902 a 1919
Crédito: Desenho de Mario Moura Filho

suficiente para compatibilizar as duas linguagens, as curvas e sinuosidades compareciam já na área externa imediata ao edifício, uma vez organizadas segundo uma certa simetria. Poderia ser justamente o caso do jardim da chácara da rua Major Diogo.

A simplicidade do esquema permite, com base nos vestígios, imaginá-lo em sua integridade. O passeio principal, de três metros de largura, levemente sinuoso, partindo do “largo” formado junto do portão de entrada, organizava o espaço externo ao longo da fachada norte, em dois conjuntos de três canteiros amebóides, praticamente simétricos em relação ao eixo da escada do alpendre. A circundar os canteiros, passeios secundários ofereciam alternativas de deambulação, aumentando as possibilidades de fruição de um jardim relativamente pequeno (Figura 2).

A ligação com o jardim dos fundos se fazia pela lateral oeste, mediante um caminho de sinuosidade suave, à semelhança do da entrada, porém de menor largura do que este, evidenciando posição hierárquica secundária e, ao mesmo tempo, plena integração ao todo, haja vista a concordância estabelecida com o “largo” de entrada e o passeio que, partindo da escadaria da fachada principal, nele desemboca. A uniformidade de tratamento das paredes do porão nas



Figura 3: Degraus que conduzem do jardim ao porão
Crédito: Foto do autor

fachadas norte, oeste e sul, em simulação de cantaria, é mais um dado a confirmar a intenção de integrar o espaço em torno da casa, já presente no desenvolvimento do jardim.

Observando-se as formas remanescentes nos canteiros das faces norte e oeste, percebe-se também sua concordância com as linhas da base da escada principal, em coerência extensível aos pequenos degraus em círculos secantes, que conduzem ao porão, na transição entre as fachadas frontal e lateral (Figura 3).

Aos pés do alpendre dos fundos abria-se um espaço de formato irregular, a cavaleiro da divisa, com largura média em torno de 15 m, suficientemente amplo para o cultivo de uma horta e mesmo de algumas frutíferas, pois era espaço associado à área íntima e de serviços da residência. Esse espaço foi praticamente destruído em 1972, pelo impacto das transformações viárias que a cidade sofria naquele momento, mas é possível imaginar, com base no que restou, que ali houvesse um pequeno “largo” pavimentado diante da base da escada, e os canteiros adjacentes a esta fossem maiores que os correspondentes à escada da frente, implicando uma redução na oferta de opções de passeios.

Ao fazer a ampliação da área de serviço, João Guerra sacrificou um trecho do alpendre sul e estreitou uma de suas escadas, provocando uma brusca interferência na simetria até então supostamente existente no jardim posterior. Em compensação, valorizou a escada que permaneceu intacta, dando à sua base tratamento similar ao usado na escada do alpendre da frente, ao contorná-la com largos degraus à guisa de “convite”.

A leste, é bem plausível que a continuidade do jardim se interrompesse no fim da área alpendrada, sendo apenas retomada nos fundos, passada a escada adjacente ao bloco de serviços. Reforça essa hipótese a própria localização dos cômodos de serviço da casa. Também para leste deveria estar o galinheiro (em 1903, João Guerra solicitara licença à prefeitura para construí-lo¹⁶), tendo, as águas servidas, o ribeirão do Bexiga como destino. Nos primeiros anos da década de 1910, porém, o ribeirão já não era mais a linha de divisa da propriedade, pois a chácara teria suas dimensões encurtadas desse lado pelo traçado da rua Abolição. Para além dos jardins e das áreas utilitárias, ou mesmo sobrepondo-se a estas, estaria o território das frutíferas ou da vegetação espontânea.

(16) Marly Rodrigues, op. cit., p. 40.

Dona Yayá, ao mudar-se para lá em 1920, como inquilina, chegaria a ver a chácara com essa conformação e o jardim ainda íntegro, se não no que diz respeito à manutenção das plantas, ao menos no que se refere à organização geral dos canteiros e passeios, e às árvores de maior porte.

UM JARDIM DE AUSÊNCIAS... OU DE PRESENÇAS FURTIVAS

A suposta configuração da chácara, com seu jardim de transição entre a casa e o restante do terreno, deve ter se mantido por pouco tempo após a morte de João Guerra, em 1919. Uma vez desaparecido o proprietário cioso de sua obra, processou-se rapidamente o desmantelamento da propriedade, de início sem grandes comprometimentos paisagísticos nas adjacências da casa. A perda de uma faixa de 37 m de terreno, ao sul, ainda deixava área suficiente para um eventual pequeno pomar depois do jardim dos fundos. Mas, a partir de 1923, com a venda para os menores Heloisa e Francisco Marcos Junqueira, de onde adveio a construção das vilas Jardim Heloisa e Jardim Francisco Marcos, o recuo de trás já atingiria o ponto crítico – uma das esquinas da casa ficava a 15 m e o “puxado” de serviços a apenas 5 m da divisa da propriedade – mal comportando um jardim para ambientar condignamente a residência, e o setor leste, paisagisticamente menos valorizado e já reduzido desde o início da segunda década do século 20 pela abertura da rua Abolição, perderia definitivamente os traços de chácara que, por ventura, ainda ostentasse (Figura 4).



Figura 4: Relação entre casa, jardim e terreno – 1923 a 1952
Crédito: Desenho de Mario Moura Filho

O espaço ao norte, como se sabe, também seria afetado na mesma ocasião. No entanto, ali ainda restaram distâncias de 30 e 40 m entre o sobrado e a divisa do terreno, mantidas até hoje, o que, de certa forma, preservou o jardim frontal, mas como peça isolada e incompleta, restrita à casa, pois já estava ausente o terceiro termo – o chão inculto, a profundidade do espaço informal – que lhe dava sentido como traço de união entre dois extremos.

Essas mudanças ocorreram quando dona Yayá ainda era locatária da chácara. Ela teria, portanto, presenciado o progressivo encurtamento dos espaços ao ar livre pelos quais ocasionalmente passeava. A redução de seus horizontes físicos, de fato, já acontecia na própria casa, da qual usufruía apenas os cômodos que lhe eram designados.

Porém, a própria escolha de uma chácara, ou o que sobrara dela, para a moradia de dona Yayá, não recaía apenas nas vantagens de mantê-la afastada do burburinho e da curiosidade a que estaria mais exposta, na área central onde residia antes da doença, mas também para “*facilitar-lhe os passeios ao ar livre*”¹⁷ como parte da terapêutica. De fato, em relatório de 1925, o curador Primitivo Sette se mostrava animado com os sinais de melhora da enferma que passava “*horas repetidas percorrendo os terraços anexos aos seus confortáveis aposentos ou aí descansando em cadeira de balanço, quando não passeando nos jardins em torno da casa*”¹⁸.

É impossível averiguar o grau de importância atribuído ao jardim pelos tutores de dona Yayá, mas, com certeza, uma vez alugada a chácara, o mais urgente era providenciar as adaptações mínimas para proporcionar isolamento e segurança à moradora. Alguns anos depois, em 1925, já adquirido o imóvel em seu nome, novos ajustes com o mesmo objetivo foram feitos, afetando, com intensidades variáveis, as relações entre a casa e o terreno.

Assim, afora os trabalhos de manutenção e adaptação no interior do edifício principal, fizeram-se, em 1925, algumas intervenções no espaço externo: colocação de um tapume de zinco em trechos do perímetro da propriedade, restauro do portão de acesso, que se encontrava em mau estado, e cimentação dos dois caminhos que ligam o portão à escadaria do alpendre na face norte¹⁹. Como não há referência a qualquer intervenção no jardim da frente, presume-se que a pavimentação dos dois caminhos só veio consolidar os passeios já existentes, mantendo-se a configuração dos canteiros. Em 1936 cogitou-se, entre outros itens, sua reforma²⁰, mas não se sabe em que ela consistiria, nem mesmo se chegou a ser realizada.

O fato é que, depois de alguns anos de isolamento na casa da rua Major Diogo, dona Yayá se tornou obesa, pouco falava, permanecia grande parte do tempo em seus aposentos e “*só raramente saía a passear no jardim ou para sentar-se no alpendre*”²¹.

O estado de dona Yayá, então mais apático que agressivo, inspirou seu curador a providenciar-lhe alternativas de distração, mas sem relaxamento do esquema de segurança e vigilância a que estava submetida. Daí derivaram, em 1952, a conversão do alpendre em “jardim de inverno”, na parte correspondente aos aposentos de Yayá, e a construção de um solário protegido por paredes altas, avançando sobre o jardim da frente e conectado à casa por uma passarela no nível do alpendre (Figura 5).

(17) Ofício de 29/05/1925 in *Interdição de sebastiana de Mello Freire*, 4ª Vara da Família, Processo n. 3.903, 1919, v. 3, apud Marly Rodrigues, op. cit., p. 42.

(18) Relatório do curador Primitivo Sette, 10/12/1925, apud Marly Rodrigues, op. cit., p. 50.

(19) Marly Rodrigues, op. cit., p. 50.

(20) Laudo de Samuel das Neves, de 15/04/1936, in *Interdição de sebastiana de Mello Freire*, v. 5, apud Marly Rodrigues, op. cit., 53.

(21) Marly Rodrigues, op. cit., p. 32.

Figura 5: Relação entre casa, jardim e terreno – situação atual
Crédito: Desenho de Mario Moura Filho



Figura 6: O jardim visto através dos vidros do solário
Crédito: Foto do autor



Jardins podem ser vistos ou percorridos, ao que correspondem modos de fruição distintos. Em um deles, o prazer reside na contemplação da ordem do conjunto, no livre passear dos olhos que, a cada mirada, podem realizar uma síntese harmônica de todos os elementos externos oferecidos à visão do observador – as construções, as plantas, o céu. No outro, vive-se a experiência do envolvimento, da estimulação dos demais sentidos, da proximidade e mesmo do contato direto entre os corpos do sujeito e dos objetos, do andar entre as coisas, do palmilhar e abrir caminhos.

Para dona Yayá, não havia mais possibilidade de experimentar esse segundo modo de fruição do jardim que sobrou em torno de sua casa, pois não estava presente nele. Se quisesse, poderia ter uma visão de cima, entre as molduras dos caixilhos, e mediada por superfícies envidraçadas (Figura 6), o que afastaria ainda mais os dois mundos, até o limite da inexistência do jardim para ela. Embora objetivamente estivesse lá, era um jardim apartado, mutilado, sem dona.

(22) Idem, *ibidem*, op. cit., p. 53.

Sebastiana de Mello Freire, dona Yayá, morreu em 1961. Enquanto caminhava o processo jurídico referente ao seu espólio, algumas dentre as pessoas que cuidaram dela permaneceram na residência. Desse período, a única informação sobre intervenções na área externa é a da reconstrução, em 1967, do muro de fundo, na divisa com o Jardim Heloisa, destruído por fortes chuvas²².

Uma vez declarada vacante em 1968, a herança de dona Yayá foi transferida à Universidade de São Paulo, e o imóvel da rua Major Diogo permaneceu por um tempo vazio e descuidado. Em 1972, por força de obras viárias, o terreno perdeu quase 300 m² nos fundos. Destruído assim, quase por completo, o espaço do jardim posterior, parte da casa ficou diretamente exposta aos olhares da rua.

Registros fotográficos em torno de 1980 mostram o aspecto exterior da propriedade. Nada se interpõe entre as fachadas oeste e sul e o espaço público. Se houvesse massa vegetal nos canteiros junto dessas faces, que parcialmente as velasse, ela foi suprimida quando da mutilação do jardim dos fundos, ou para facilitar o controle sobre o imóvel que permanecia a maior parte do tempo desocupado (Figura 7).

As fotografias mais antigas, focalizando especificamente o espaço do jardim em torno da casa, são de 1989, portanto quase 30 depois da morte de dona Yayá. Uma delas mostra o jardim frontal ainda como um espaço luminoso, o que denota algum cuidado de manutenção, pois, caso contrário, a vegetação espontânea o teria dominado. Distinguem-se, nos canteiros orlados por buxos (*Buxus sempervirens*), volumes de aráceas e dracenas, um ou outro arbusto isolado. Uma palmeira esguia e solitária é o único elemento vertical presente, tendo seu provável par desaparecido quando das intervenções efetuadas em 1952, que desfiguraram tanto a casa quanto o jardim (Figura 8).

Figura 7: Vista da fachada sul, c. 1980
Crédito: Foto da Divisão de Preservação do DPH-PMSP



Figura 8: Aspecto do jardim, c. 1989
Crédito: Foto integrante do Processo USP n. 90.1.33725.1.4





Figura 9: Aspecto do jardim frontal em 2003
Crédito: Foto do autor

Mas poucos anos de abandono é tempo suficiente, nos trópicos, para o selvático se impor. Fotografias tomadas em 2003, pouco antes de iniciarem-se os trabalhos de recuperação, mostram que a proliferação de frutíferas, principalmente, transformara o jardim em um bosque, já então protegido por leis a impedirem ou limitarem o corte de árvores (Figura 9).

Ademais, por desconhecimento, ou por terem apenas informações vagas a respeito dos acontecimentos que particularizaram o lugar, os moradores do bairro, em tempos mais recentes, passaram a ter como principal referência e valor não a casa e o jardim, e sim o arvoredo que ali se formou naturalmente. Persistiu, no entanto, a carga de mistério própria do diz-que-diz sobre a “mulher rica e louca”, que o ambiente do bosque só faz aumentar.

Intervir em um jardim nessas condições implica esgueirar-se nos vãos entre os valores históricos e os ecológicos, entre as supostas feições originais e a evolução do jardim no tempo, entre a parca documentação objetiva e as fartas sugestões que impregnam o lugar.

Tais circunstâncias estão, de algum modo, previstas em artigos da *Carta dos Jardins Históricas*, também chamada *Carta de Florença*. Considerando as transformações temporais a que os jardins estão sujeitos, claramente está afirmado, na carta, o princípio de não privilegiar uma época em detrimento de outra, a não ser que o grau de deterioração de certas partes seja tal, que justifique uma reconstituição com base em vestígios ou em documentos incontestáveis, particularmente as partes do jardim mais próximas à casa²³. Contudo, no caso do jardim de dona Yayá, os vestígios são fracos e poucos e os documentos irrefutáveis inexistem.

No caso de total desaparecimento do jardim ou de simples conjeturas sobre seus estados sucessivos, a sentença da carta é categórica: já não se trata de reconstituição de um jardim histórico, e sim de *evocação* ou *criação*²⁴.

De fato, o caso do jardim de dona Yayá não é propriamente o do restauro de um jardim histórico ou, mais genericamente, de um bem cultural; também não é o da evocação arbitrária de uma época, tampouco o de uma *criação* que se limitasse à obtenção de alguma coerência com a casa. Procurou-se, antes, permitir que se refletissem, no presente, as peculiaridades e significados de toda ordem e procedência – formais, ecológicos, evocativos – associados ao jardim, à casa e ao terreno.

(23) *Carta de Florença*, artigo 16.

(24) *Idem*, artigo 17.

Na ausência de desenhos, fotografias ou relatos, os vestígios materiais seriam, a rigor, os únicos documentos confiáveis sobre os quais um trabalho de recuperação do jardim poderia se basear. As ruínas são, por sua materialidade, informações valiosas. Mas a potência da ruína também se realiza ao ultrapassar os limites de sua concretude e remeter a algo que já não está presente.

Por outro lado, o estado de ruína não se restringe a um processo de subtração de matéria. Pode até ocorrer acréscimo. É o caso da mata que logo se forma em torno da obra humana, quando esta é relegada ao abandono.

Há algo de paradoxal nas ruínas: por serem incompletas, conduzem, pela imaginação, à integridade do objeto; ao perderem matéria, ganham novos conteúdos e têm seus significados ampliados. O trabalho de recuperação pode explorar essa riqueza de sentidos, deixando-os conviver no mesmo espaço.

As marcas materiais do passado são poucas no jardim da casa de dona Yayá. Limitam-se às escadas que se projetam das varandas nas faces norte e sul aos degraus curvilíneos situados no ângulo externo da casa, entre as faces norte e oeste, e ao contorno dos canteiros entre a casa e as ruas Jaceguai e Major Diogo. Nem mesmo há certeza quanto à pavimentação dos caminhos que medeiam esses canteiros – em vários pontos ela é interrompida bruscamente, sem indícios de intenção formal, o que levanta a dúvida de ela não ter sido executada ou ter sido demolida.

Diante de sua escassez ou imprecisão, e também por limitação de verbas, os testemunhos inorgânicos do jardim foram mantidos no estado em que se apresentavam, prescindindo de consertos e complementações. O pouco que se interveio foi no sentido de revelar o que estava soterrado, ou semi-ocultado – trechos de orlas de canteiros, pequenas muretas de contenção; e, nos caminhos apenas insinuados ou em chão batido, usou-se material particulado e solto, para evidenciar não só a intervenção posterior, como também seu caráter revogável (Figura 10).

Essa atitude não se apóia na obediência irrestrita às condições impostas pela chamada restauração científica ou filológica. Encontra, antes, sua justificativa

Figura 10: O uso de material particulado e solto sobre a inferida continuidade de um caminho marca a distinção entre o real e o suposto, sem prejuízo da unidade
Crédito: Foto do autor



Figura 11 – Tratamento homogêneo evidencia a forma original dos canteiros
Crédito: Foto do autor



na apropriação, para o jardim, de princípios da teoria brandiana, em especial no referente à “unidade potencial da obra de arte”, entre eles o de permitir o fácil reconhecimento das intervenções, sem, no entanto, “*infringir a própria unidade que se visa a reconstruir*”²⁵. Há, ainda, de levar-se em conta “*que qualquer intervenção de restauro não torne impossível mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras*”²⁶.

Quanto à vegetação, foram outros os problemas e os modos de responder a eles. Apenas alguns exemplares vegetais atestavam uma antiga presença no jardim: as árvores de maior porte e os remanescentes de arbustos que delineavam os contornos dos canteiros, formando bordaduras. Os arbustos que restaram cresceram sem controle. Quando dos trabalhos de recuperação, já apresentavam a base rarefeita e, devido à sombra projetada pelas árvores, que se ampliou consideravelmente no decorrer do tempo, não dispunham mais de condições de iluminação adequadas ao seu desenvolvimento, impedindo o restauro do desenho que formavam. Os canteiros foram, então, revestidos com espécies vegetais rasteiras, resistentes à sombra e dispostas homoganeamente, formando superfícies chapadas, sem pretensão a outra forma que não a definida pelos contornos dos canteiros (Figura 11).

Por fim, muitas das árvores hoje ali existentes são de presença espontânea e disseminaram-se de modo a descaracterizar o que teria sido a volumetria original do jardim. Como não se cogitou sua remoção, até por impedimento legal, não haveria como se proceder ao restauro dos volumes.

Em determinadas situações, pode-se converter as restrições, sejam documentais, sejam orçamentárias, sejam legais ou ambientais, em aliados. Não se quis fazer, no jardim de dona Yayá, um memorial de seu infortúnio. No entanto, o bosque que se apoderou do jardim tem algo a ver com ela, ainda que pouco o tivesse aproveitado. Nele se manifesta a desrazão da natureza, ou, ao menos, seu alheamento em relação às ações e às convenções da sociedade humana.

Também não se buscou criar um jardim de ruínas, com todo o poder de evocação poética que o romantismo soube tão bem explorar. Contudo, as ruínas

estão lá, concretas ou intangíveis, reais ou figuradas, seja em sua acepção de perda, aniquilamento, erosão, seja na sedimentação agregada pelo tempo aos objetos inertes, seja no assalto da mata sobre o jardim.

Nem se cogitou aludir à velha chácara, à rusticidade inicial daquela propriedade, mas a preservação do bosque que invadiu, sem regra, um espaço outrora ordenado, permite a expressão e a convivência, no mesmo território, de termos que antes eram distintos e opostos – o jardim e o terreno inculto – promovendo a fusão entre a intenção e o acaso, o controlado e o insubmisso (Figura 12).

(25) Cesare Brandi, *Teoria da restauração*, tradução brasileira de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2004, p. 47.

(26) Idem, p. 48.

Figura 12 – Projeto e acaso se integram, permitindo a emersão do sugestivo
Crédito: Foto do autor



A Casa de dona Yayá abriga, hoje, a sede da Comissão de Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo. Seu jardim, onde ocorrem programas musicais aos domingos, fica aberto ao público durante o dia. Finda a tarde, fechado o portão, tudo volta ao fundo escuro.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2004.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954.
- CANABRAVA, Alice Pifer. As chácaras paulistanas. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros 1949-1950*. São Paulo: AGB, v. IV, tomo 1, p. 97-104, 1953.
- CATALANO, Mario; PANZINI, Franco. *Giardini Storici, teoria e tecniche di conservazione e restauro*. Roma: Officina Edizioni, 1990.
- DARDEL, Eric. *L'homme et la terre*. Paris: Editions du CTHS, 1990.
- IDOETA, Irineu et al. *São Paulo vista do alto – 75 anos de aerofotogrametria*. São Paulo: Érica Ltda, 2004.
- ICOMOS – International Council on Monuments and Sites. *Journal scientifique jardins et sites historiques*, Madri: Ediciones Doce Calles, S. L., 1993.
- JACKSON, John Brinckerhoff. *The necessity for ruins and other topics*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1980.
- MARTINS, Antônio Egidio. *São Paulo antigo (1554 a 1910)*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, v. II, 1912.
- MÔNACO, Roberto. *As terras devolutas e o crescimento da cidade de São Paulo*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- RODRIGUES, Marly. A casa de dona Yayá. In: LOURENÇO, Maria Cecília França (Org.). *A casa de Dona Yayá*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial de São Paulo, 1999.
- TIRELLO, Regina. Um trabalho arqueológico: A descoberta dos murais artísticos e a estratificação arquitetônica de uma velha casa no Bexiga. In: LOURENÇO, Maria Cecília França (Org.). *A casa de Dona Yayá*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial de São Paulo, 1999.

Vladimir Bartalini

Graduação, mestrado e doutorado pela FAUUSP, onde é professor dos cursos de graduação e de pós-graduação, orienta alunos de mestrado na área de concentração Paisagem e Ambiente e é membro fundador do Laboratório Paisagem, Arte e Cultura – LABPARC/FAUUSP, o qual coordenou, de 2002 a 2006. Desenvolve pesquisa sobre “córregos ocultos”.

Rua Dr. Louis Couty, 35, ap. 72
05436-030 – São Paulo - SP
e-mails: bartalini@usp.br, vladbart@uol.com.br